

Projeto propõe rodeio 'sem maus-tratos' a animais

Advogada ambiental contesta e alerta para o sofrimento inerente a cavalos e bois

Agência Senado

Por Moara Semeghini

A Câmara Municipal de Campinas recebeu um novo projeto de lei que promete reacender um dos embates mais polarizados da cidade: a realização de rodeios. O vereador Benê Lima (PL) protocolou uma proposta com o objetivo de voltar a autorizar eventos rurais, como provas equestres e montarias, sob o argumento de que é possível realizá-los de forma higiênica e segura. O parlamentar defende a aprovação de um rodeio "sem maltratar animais", garantindo regras de proteção. No entanto, a premissa central do projeto é duramente rebatida por especialistas da área jurídica e veterinária.

Para a advogada ambiental especializada em direitos dos animais, Angélica Soares, a romantização da prática não encontra respaldo na realidade. Ela é categórica ao desconstruir a tese de que a regulamentação garanta o bem-estar dos bovinos e equinos. "Do ponto de vista técnico e jurídico, não considero possível afirmar que exista rodeio sem sofrimento animal. As provas de montaria e laço submetem bovinos e equinos a situações de estresse físico e psicológico, além do uso de



Proposta quer rodeios sem maus-tratos, para especialista não existe rodeio sem crueldade

instrumentos e técnicas destinados a provocar reações dos animais para o espetáculo", explica a especialista.

Ainda que os defensores da volta dos rodeios utilizem a lei para justificar a segurança das práticas, Angélica ressalta que o amparo legal não anula a dor. "Embora a legislação federal regulamente determinadas práticas e imponha regras de bem-estar, a regulamentação não

elimina os riscos de maus-tratos e sofrimento inerentes à atividade. Por isso, há um debate permanente entre o setor do entretenimento e os especialistas em proteção animal", destaca. A advogada faz questão de frisar que, do ponto de vista técnico, existem diversos pareceres veterinários, vastos estudos científicos, manifestações contundentes de conselhos profissionais e diversas

decisões judiciais que reconhecem que as práticas típicas das arenas submetem os animais a intenso sofrimento. "Por isso, entendo que a expressão 'rodeio sem crueldade' não encontra respaldo na realidade prática. Há vasta documentação técnica e jurídica demonstrando que o rodeio implica estresse, dor, sofrimento e riscos aos animais, razão pela qual sustento que não

existe rodeio totalmente livre de crueldade", argumenta. "Minha posição, como advogada animalista, é que não existe rodeio totalmente livre de crueldade ou sofrimento animal."

O projeto

O projeto de Benê Lima propõe alterar a legislação municipal para permitir exposições agropecuárias e eventos rurais temporários. O texto determina que os organizadores devem cumprir normas de proteção nas esferas federal, estadual e municipal. Para blindar o projeto de críticas, o texto prevê a proibição explícita de práticas que configurem maus-tratos diretos, como causar dor, lesões, exaustão, privação de alimento ou água, e a manutenção dos bichos em locais inadequados. Também proíbe castigos físicos e o uso de instrumentos que comprometam a integridade física da fauna. Benê Lima argumenta que a presença dos bichos não é um crime. "A participação de animais em eventos tradicionais rurais regularmente autorizados não caracteriza, por si só, maus-tratos, desde que observadas as normas de proteção, segurança, higiene, manejo, saúde e bem-estar animal previstas em lei", alega.

UPA São José têm torneiras furtadas

Da Redação

Torneiras foram furtadas de dois banheiros da recepção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São José na madrugada desta terça-feira (23), apenas quatro dias após o espaço ter sido liberado ao público, na sexta-feira (19), depois de obras de reforma e ampliação. Os sanitários masculino e o adaptado para pessoas com deficiência (PCD) precisaram ser interditados. A previsão é de que a manutenção seja concluída até esta quarta-feira (24).

A equipe técnica já atua no reparo dos equipamentos. Em casos de furto com identificação do autor, a ocorrência é registrada na Polícia Civil para responsabilização criminal e pode haver também a cobrança de ressarcimento pelos danos causados.

As unidades de saúde da Rede Mário Gatti registram, em média, cerca de 10 manutenções diárias em banheiros. Entre os principais

motivos estão furtos, vandalismo e mau uso dos espaços.

No período de 14 meses compreendido entre 26 de junho de 2024 e 19 de agosto de 2025, foram abertas 4.356 ordens de serviço para reparos no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, no Hospital Ouro Verde, na Unidade Pediátrica Mário Gattinho, nas UPAs e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

As ocorrências mais frequentes envolvem entupimentos de vasos sanitários em razão do descarte inadequado de papel e outros materiais, como fraldas e talas; além de furtos de equipamentos como torneiras, assentos sanitários e suportes de papel higiênico e toalha, bem como atos de vandalismo.

Essas ações têm gerado impacto operacional relevante, comprometendo temporariamente o uso regular das instalações e gerando necessidade de pronta atuação das equipes de

manutenção. O custo médio estimado para cada reparo é de aproximadamente R\$ 495,00, considerando materiais, mão de obra e demais insumos necessários para o restabelecimento das condições adequadas de uso.

Diante da recorrência dos fatos, a Rede Mário Gatti tem adotado medidas preventivas e de conscientização, a fim de reduzir prejuízos ao erário e assegurar a adequada prestação dos serviços à população. Entre as iniciativas incluídas no projeto estão distribuição de folders em locais de ampla circulação de colaboradores e usuários, como elevadores, copas, refeitórios e relógios de ponto; distribuição de materiais para interação com o público, com perguntas sobre a conservação dos espaços; palestras educativas; divulgação das ações pelo setor de comunicação. As ações são realizadas pelo Projeto Mãos que Preservam, que visa estimular o senso de pertencimento e reconhecimento pelos usuários.

Campinas registra mais duas mortes por gripe; vacina segue disponível

Da Redação

A Secretaria de Saúde de Campinas confirmou mais duas mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada pelo vírus da gripe em 2026. Nenhuma das vítimas era vacinada e tinham algum tipo de comorbidade (confira o perfil abaixo). Com isso, neste ano, a cidade conta com 202 casos e 15 óbitos.

A pasta reforça a importância da vacinação contra a doença. As vacinas estão disponíveis para todas as pessoas a partir de 6 meses de idade nos 69 centros de saúde da cidade e na Igreja Divino Salvador, no Cambuí. Basta levar documento com foto e a caderneta de vacinação (se tiver). Não é necessário agendamento.

Neste ano, a vacina protege contra as gripes A (H1N1 e H3N2) e B. O imunizante pode ser administrado de forma simultânea a outras vacinas do Calendário Nacional. O imunizante garante proteção individual e ajuda a diminuir a transmissão

do vírus. Durante todo 2025, Campinas registrou 561 pessoas com SRAG por gripe, sendo que 69 morreram. Do total de óbitos, 54 pessoas não estavam vacinadas. Sobre as vítimas: sexo feminino, 93 anos, com comorbidade, sem vacina. Data do óbito: 07/06/2026; sexo feminino, 53 anos, com comorbidade, sem vacina. Data do óbito: 10/06/2026.

Cuidados

Além da vacinação, alguns hábitos simples ajudam a prevenir doenças respiratórias: lave as mãos com frequência; mantenha os ambientes bem ventilados; beba bastante água; adote uma alimentação saudável e equilibrada; em caso de sintomas gripais, é importante utilizar máscara para ajudar a proteger outras pessoas e reduzir a transmissão dos vírus respiratórios.

A Secretaria de Saúde de Campinas aplicou 291.891 doses da vacina da gripe desde o início da estratégia no município, em 28 de março.